



Anais da Assembléia

N.º 30

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Rosário Pitelli.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO S/N.

Curitiba, 18 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação regimental desta Presidência, comunico a Vossa Excelência que é a seguinte a representação da Bancada do MDB para compor a CPI do Cooperativismo:

Membros Titulares

Nilton Friedrich
Antônio Facci
Fidelcino Tolentino
Darcy Deitos
Trajano Bastos

Membros Suplestes

Gernote Kirinus
Deni Schwartz
José Tavares
Adalberto Daros
Renato Bernardi

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB.

OFÍCIO S/N.

Curitiba, em 18 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico Vossa Excelência que os Deputados Renato Bernardi, Waldyr Pugliesi, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Fiori Luiz e Darcy Deitos, comporão o colégio de Vice-Líderes da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro nesta Assembléia Legislativa.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício do Excelentíssimo Senhor Doutor DOUGLAS SOUZA LUZ, Digníssimo Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL — solicitando providências urgentes para a eletrificação rural na localidade de IBIRACEMA, no Município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Ibiracema é um distrito de grande e crescente população urbana e rural, localizado na parte sudoeste da sede, caracterizando-se por seu solo fértil.

Composta de inúmeros agricultores de pequeno e médio porte, necessita receber os benefícios da eletrificação rural, a fim de continuar o constante desenvolvimento que tem se verificado na sua produção agrícola e pecuária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e atendendo as formalidades regimentais, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga, sobre a viabilidade da pavimentação asfáltica da estrada que interliga os Municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaíra.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da estrada que interliga os Municípios de Marechal Cândido Rondon, passando pelo Distrito de Mercedes, até Guaíra, é uma reivindicação antiga. Antiga e justa, que se atendida conforme promessa governamental, será além do cumprimento de uma obrigação, um dever da coragem, do sacrifício e das lutas daquele povo que tem colaborado com grande parcela para o desenvolvimento do Estado.

Essa benfentoria, proporcionará melhores condições para a ampliação dos setores turísticos, comercial e agrícola de uma vasta região.

A pavimentação asfáltica dessa estrada, foi uma promessa feita pelo ex-Governador Canet Júnior, e endossada pelo Senhor Governador Ney Braga, quando do transcurso da campanha eleitoral de 1978.

Tal promessa veio a prejudicar o andamento de minha campanha eleitoral, já que o povo preferiu atender ao pedido oficial do Governo e votar em candidatos da ARENA, diante de tal promessa.

Mas não é por este fato apenas que venho solicitar a viabilidade da pavimentação asfáltica desta estrada, mas porque

ela partiu do Governo, e até o momento não passou de apenas mais uma promessa eleitoreira em busca de votos.

Já se passaram seis meses da época de tal promessa, e nem o traçado da estrada foi iniciado pelo Governo.

Quero deixar claro que não abro mão de minha posição de que todas as obras públicas, deveriam fluir naturalmente do direito que assiste ao povo, em troca das contribuições tributárias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Casa Civil, para que sejam prestadas à Assembléia Legislativa, as seguintes informações:

a) Qual a razão que a Lista de Classificação do Quadro da Procuradoria Geral do Estado, não foi publicada no Diário Oficial conforme exige o art. 32, da Lei n.º 7.074?

b) Quais os critérios em que baseou-se a Procuradoria para classificar os advogados que estavam legalmente impedidos em face de cargos públicos que ocupavam?

c) Existe estudo para permitir o uso do direito adquirido aos advogados que praticam advocacia particular?

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 39/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Centro de Tradições Gaúchas História de Boiadeiro da Lapa-Pr., com sede neste município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que pretendemos submeter à apreciação da Casa é dos mais louváveis, pois tem caráter cultural.

O principal objetivo do Centro é estudar e divulgar as tradições brasileiras, principalmente o regionalismo paranaense.

Seus membros viajam pelo interior de nosso Brasil, apresentando ao povo o folclore paranaense e brasileiro. Realizam e promovem intercâmbios culturais com outras entidades congêneres, promovendo ainda, cursos, palestras, conferências, rodeios, enfim, tudo que esteja ao seu alcance e dentro de suas finalidades estatutárias.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos exigidos por lei para atingir a finalidade que ora estamos pleiteando.

PROJETO DE LEI N.º 40/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a SOCIEDADE PARANAENSE DE ORTODONTIA, de Curitiba, devidamente regularizada no Conselho Regional de Odontologia do Paraná, reconhecida de acordo com a Resolução CFO-76, de 27 de maio de 1973.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade

pública, vem prestando relevantes serviços aos Cirurgiões Dentistas especializados em Ortodontia, conforme preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tendo possibilidade de falar no Grande Expediente, já inscrito há quase um mês, quero aproveitar para abordar rapidamente o problema do abastecimento do arroz, no Estado do Paraná.

O Governo através da SUNAB e através dos seus organismos, como a C.F.P., Comissão de Financiamento e Produção, tem propalado que há realmente crise no setor de fornecimento de arroz no Paraná. Entretanto, Srs. Deputados, tem-se notícia de que apesar do Paraná hoje não ter produção suficiente para o seu consumo, recorre a outros Estados produtores, como é o caso de Goiás, de Mato Grosso, Rondônia, Maranhão e também do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Acontece, Sr. Presidente, que não há uma política adequada para o abastecimento do produto e o Governo, ao que nos parece, a nós pessoalmente, não está realmente sensibilizado a nível global, a nível nacional, para pôr termo a este impasse que desassossegua ao consumidor.

É que o Governo recentemente importa 170 mil toneladas de arroz e as notícias, embora contraditórias, são de que este arroz está sendo importado, já limpo, beneficiado, o que reverteria num prejuízo interno para aqueles que trabalham na industrialização do arroz.

E se o Governo estabelecesse um critério de aquisição do arroz disponível nos armazéns, nos graneleiros e nas cooperativas em todas as regiões, não só do Paraná mas do Brasil, haveria o disciplinamento da colocação do produto no mercado.

E o que se vê, Sr. Presidente, é o Governo importando arroz do exterior, criando problema maior para a agricultura e para a comercialização do produto. Não dá para entender que o Governo importando arroz, está ao mesmo tempo agilizando o processo de importação cada ano maior, do próprio problema do trigo. O trigo vai ser um dos grandes óbices para as nossas divisas e até para o pagamento da dívida externa. Por que? O Governo acaba de anunciar através de um desses pacotes já embrulhados e que já se conhece por "pacote econômico", anunciou que vai importar quatro milhões e meia de toneladas de trigo.

Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que o preço básico, o preço mínimo do trigo implantado ou colocado no País, é insuficiente para suprir o custo da lavoura, o custo do produto a nível de produtor. E por que o Governo não esclarece de uma vez por todas e antecipadamente, de que maneira pretende resolver o problema, não só do arroz, não só do trigo, mas o problema do milho que está trazendo dificuldades enormes para o setor da avicultura, da suinocultura e da própria industrialização?

É hora de o Governo fazer um englobamento dos produtos a nível nacional e estabelecer adiantadamente, tempestivamente, o problema que aflige o agricultor, aflige o comerciante, aflige o consumidor e aflige também as indústrias.

O problema da moagem do trigo, quantas vezes já levantado desta tribuna em várias oportunidades.

Vejo que Vossa Excelência está preocupado com a hora, e para concluir, Sr. Presidente, lamento não poder trazer mais pormenorizadamente cada um desses problemas, mas quero chamar a atenção da Comissão de Financiamento de Produção, da SUNAB, e do próprio Governo, Conselho de Desenvolvimento Econômico, Conselho de Desenvolvimento Industrial, que é preciso resolver de uma vez por todas, que o trigo acarreta muito mais dificuldades do que a própria situação do petróleo a nível internacional. O trigo é um problema muito mais grave, quero crer, para as divisas do País do que o próprio petróleo.

E se o Governo estivesse interessado em solucionar, colocaria um preço adequado para que o brasileiro, o produtor brasileiro pudesse plantar, com um teto suficiente e garantido para ter o nosso produto.

Porque nós já fomos suficientes na plantação do trigo. Hoje, depois de toda a mecanização da agricultura nós somos insuficientes para o plantio e para a produção do nosso próprio consumo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Ainda no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, neste Pequeno Expediente, é o sentido de fazermos alusão a um requerimento que estamos encaminhando à mesa desta Casa, para apreciação dos Srs. Deputados.

Assunto que consideramos da mais alta importância e significação, uma vez que envolve uma classe profissional, que ultimamente, vem sofrendo sérios problemas, problemas determinados pela ação de marginais.

O requerimento que encaminhamos à Mesa, está vazado nos termos: (Lê)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja enviado à Secretaria de Segurança ofício solicitando a formação de uma Comissão Especial, composta por representantes desse órgão público, da Prefeitura de Curitiba, e dos Sindicatos das classes patronal e de empregados, para estudar a implantação, num prazo de trinta dias, de um sistema de identificação dos passageiros que se utilizam dos serviços de táxi no período noturno.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1979.

(a) José Domingos.

JUSTIFICATIVA:

Não é mais possível contemporizar. Não se pode mais admitir adiamentos. Não é mais possível admitir que o atual estado de coisas, no seio da angustiada classe dos taxistas de Curitiba, permaneça. Ao longo de minha carreira como profissional de imprensa, ligado à área policial, dezenas e por que não dizer centenas de vezes a desagradável missão de informar os atentados praticados contra motoristas de táxi, os assaltos a esses profissionais são uma constante. As vítimas fatais nos últimos anos chegam a ser mais de uma dezena. Hoje, os taxistas de Curitiba continuam praticamente desamparados e desprotegidos por quaisquer medidas de segurança. Medidas paliativas - como as que foram tomadas - não surtiram os efeitos desejados. Prova disso, é que nas últimas semanas motoristas de táxi foram assassinados, outros continuam sendo assaltados, com os autores desses atos continuando em liberdade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, há cerca de dois anos, assistíamos no cenário nacional, um novo tipo de assalto praticados por marginais: o assalto a ônibus interestaduais. Essa ação, porém, graças às medidas enérgicas do Governo Federal, teve curta duração. E o que que foi feito? Simplesmente implantou-se em todas as estações rodoviárias o cartão

de identificação dos passageiros. Os assaltos a ônibus interestaduais terminaram. Porque foi uma medida saneadora, pode-se dizer. Por que não implantar idêntica medida em Curitiba, no serviço de táxi? Já tivemos oportunidade de conversar com alguns motoristas da Capital a respeito do assunto e recebemos o apoio. Chegamos, inclusive, a comentar a maneira de como se poderia proceder para essa identificação. Sua implantação — na forma de como passamos a sugerir — é simples e não onerosa: a Prefeitura de Curitiba forneceria os blocos de identificação, cujos talões conteriam o nome, a identidade e o destino, vila, bairro ou cidade, do passageiro. Os talões, por sua vez, seriam colocados em uma pequena caixa forte, presa de forma segura e inviolável, junto ao painel do veículo.

Além de servir como medida saneadora, pois afastaria os marginais na prática de assaltos, a identificação teria outro grande alcance: o de evitar detenções, prisões injustas, de inocentes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem, em sã consciência, sabendo-se identificado se atreveria a praticar um assalto contra um motorista de táxi?

Esperamos quando da apreciação deste requerimento, que tenhamos o apoio dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Passamos a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Vimos a esta tribuna tão somente para comunicar à Comissão Executiva desta Casa e aos eminentes Pares, que em cumprimento da determinação deste Poder, estamos, juntamente com os Deputados Dácio Leonel de Quadros e Ruben Valduga, tratando da missão a nós confiada por esta Casa.

Mesmo durante os últimos feriados, a Comissão Especial deste Poder esteve em atividade permanentemente no Município de Londrina, mantendo contatos com a Reitoria e a alta direção da Universidade Estadual de Londrina, assim como os docentes que se encontram reunidos permanentemente na Associação Médica de Londrina.

Deveremos, na tarde de hoje, estamos aguardando a chegada dos companheiros Ruben Valduga e Dácio Leonel, para a promoção de uma reunião da Comissão Especial que, acreditamos, tenha com o trabalho desenvolvido nestes últimos dias, quando pudemos sentir a validade da participação desta Casa e deste Poder neste episódio, com a presença dos dois eminentes Pares, esperamos realizar uma reunião da Comissão Especial para, posteriormente, retornar à tribuna numa prestação de contas da total atividade desta Comissão que ainda não considera encerrada e cumprida a sua missão.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na tarde de hoje, por volta das 15:30 horas, o Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná deverá reunir-se com o magnífico reitor da Universidade Estadual de Londrina e com os docentes da Fundação Universidade Estadual de Londrina, que se encontram com as atividades paralisadas.

Tivemos a oportunidade de aprofundar a nossa conceitualização pessoal a respeito da administração e da vida da Universidade Estadual de Londrina. Deixaremos, portanto, de fazer estas considerações nesta oportunidade e enquanto a Comissão Especial desta Casa estiver em funcionamento, para não prejudicar os trabalhos de intermediação que a nós, a esta Comissão, foi confiada por este Poder.

Mas, pudemos conhecer mais profundamente a Universidade Estadual de nossa terra, e a forma de direção dos destinos daquela fundação; e temos portanto, todos nós, inclusive os Deputados da Aliança Renovadora Nacional, que para felicidade deste Poder e nossa, com o nosso registro de reconhecimento ao eminente líder da Bancada arenista, pela indicação dos Deputados Dácio Leonel e Ruben Valduga que, realmente, têm se demonstrado grandes intermediadores e que

estão prestando um grande serviço à comunidade londrinense e a este Poder.

Na oportunidade, Sr. Presidente, era isto que tínhamos a apresentar, deixando a expectativa e a esperança de que o Sr. Secretário da Educação e Cultura, representando o Poder Executivo deste Estado, responsável direto pela crise e para apresentar a solução da mesma que vive a Universidade Estadual de Londrina, tenha condições, na tarde de hoje, de resolver e dar solução ao problema para que a Universidade Estadual de Londrina não tenha a sua Faculdade de Medicina fechada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, declaro-o encerrado.

No Grande Expediente, passo a palavra ao Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente o mundo político nacional vive dias de extrema importância. Há muito tempo, os problemas políticos não eram discutidos com tal veemência, como vêm sendo feito atualmente.

Ainda ontem, vimos pela televisão a queda da censura prévia, o que reforça o pensamento desse Deputado, de que realmente vivemos numa primavera política. Está no ar a pregação da abertura política; mas é importante, Srs. Deputados, que nesse momento em que os jornais, rádios, as emissoras de televisão, falam tanto em política, que a classe política se conscientize de como chegamos a este estágio. Na verdade, no nosso ponto de vista, no nosso entendimento, a abertura política não é, nunca foi e nunca será uma dádiva do sistema político militar estabelecido neste país, mas sim, uma conquista após anos de pressão, das classes sociais mais representativas.

A história brasileira registra nos últimos anos, inúmeras vítimas do aparelho político militar, implantando neste País. E a estas vítimas, nos parece, devemos creditar o fato de hoje estarmos podendo falar em política. A falsa imagem que se procura dar, ou melhor, que o Governo procura dar, como se ela fosse de modo próprio, não passa de um modo grosseiro, desse mesmo Governo encobrir os seus fracassos e atestar a sua impossibilidade de contar as forças populares.

Srs. Deputados, não chego ao extremo de afirmar que as lágrimas do General Geisel, ou a mão estendida do General Figueiredo, sejam atos insinceros, não; mas de outra parte não tenho dúvidas, que são atitudes pessoais, não respaldadas pelo sistema. Eles podem pensar assim; mas o sistema econômico espoliativo, implantado em nosso país, pensa de outra maneira. Realmente, quando assistimos pela televisão, o General Geisel, quase às lágrimas informar ao País, os contratos de risco; quando assistimos o General Geisel, às lágrimas, procurar imputar à Oposição certas falhas próprias do sistema; quando vimos pela televisão estender a sua mão em conciliação, realmente, não rimos e não chegaríamos ao extremo de dizer que se tratavam de "lágrimas de crocodilo", ou de mão estendida, para com a outra "empunhar a espada". Mas na verdade, tais gestos, não têm e não terão o respaldo do sistema político-econômico-financeiro que expolia este país.

Entreaberta as célebres janelas para a Democracia, essa abertura que foi conseguida, repito, pela pressão popular, após muita luta, o que vemos hoje? Eclosão de greves; a necessidade de anistia, a reformulação partidária e outros assuntos que são temas nacionais e que nada mais são do que fruto da própria abertura democrática.

Mas, Srs. Deputados, no estertor do sistema, é preciso observar que o Governo tenta implantar alguns casuísmos para os quais a população brasileira, e, em especial, nós políticos devemos estar alertados.

Fala-se nas eleições distritais; eleições distritais que, pela

maneira como vêm sendo apresentadas, nada mais são do que o retorno ao coronelismo mais deslavado.

Fala-se na prorrogação dos mandatos; prorrogação essa que, servindo-se de um pseudo-pretexto de economia, esconde, na verdade, o desespero eleitoreiro do Partido Situacionista.

Fala-se em novos Partidos, na verdade tão necessários, mas que estão sendo impostos novamente, de cima para baixo, e que nada mais pretendem do que desarticular uma oposição, possibilitando o aparecimento de novos dóceis Partidos para futuras composições.

E agora, Srs. Deputados, no desespero eleitoreiro da situação, sabendo que não será por esta via que a Oposição se desarticulará, já se fala em simples e pura extinção dos atuais Partidos.

Vejam o contrasenso: não foram os homens de 64 que extinguíram os partidos de 66, sob a alegação de estarem os mesmos dominados pelo coronelismo? Não foram esses mesmos homens que alegavam a falta de ideologia dos então Partidos existentes? Afinal, a tão célebre Revolução não foi criada para combater as greves? Essa mesma Revolução não dizia serem os grevistas homens impatriotas?

Greves essas tão odiadas pelo sistema capitalista, principalmente vinculado às multinacionais?

E o que vemos hoje, Srs. Deputados, é o renascimento exatamente dos antigos Partidos políticos que, bem ou não, fizeram este País viver o que de mais democrático já houve em nossa história.

E, quanto às greves, nada mais são do que o resultado de um achatamento salarial tão denunciado pela Oposição, mas sempre defendido pelos ideólogos do "crescer o bolo para depois dividi-lo", criado pelos Gudins, Delfins, Campos e Simonsens revolucionários, legítimos representantes da auto-burguesia econômico-financeira nacional, sempre, obviamente, meros testas de ferro do capital multinacional.

Alguns chegaram a aventar e a levantar o problema da legalidade de tais greves; legalidade é um termo que no Brasil não tem mais razão de ser, pois foi a própria revolução que, desrespeitando tanto as leis, inclusive inovando-as para pior, que hoje, no Brasil, não há como questionar qualquer coisa de ilegal.

As leis passaram a ser meras palavras impressas em papel oficial.

A nossa Constituição se transformou numa colcha de retalhos e é adaptada de acordo com as circunstâncias.

Porisso, Srs. Deputados, este é o momento de tomada de definições, e é isto que eu pretendo nesta tarde, para que, amanhã ou depois, o posicionamento deste Deputado não possa ser questionado.

Frente aos PTBs, aos PDCs, aos PRPs, e, enfim, tantos Ps que pretendem neste País, este Deputado que tem agora oportunidade de reafirmar o que tem dito, que neste País, não houve ainda movimento trabalhista, e que o trabalhismo, neste País, foi meramente um culto à personalidade, o culto à personalidade de Getúlio Vargas, este Deputado vos afirma que os "petebês" — fruto do sentimentalismo — que os "pedecês" — saída não muito digna para aqueles que não representam nada — que os "pedecês" que nem sequer tiveram respaldo dos autores, neste número de siglas, este Deputado pretende continuar na agremiação que lhe deu vida política: o Movimento Democrático Brasileiro.

Apesar que até o momento, até o presente, o Movimento Democrático Brasileiro, por representar não um partido mas uma frente de oposições, tenha cometido erros que são, inclusive, atinentes a este fato. O nosso MDB tem, Srs. Deputados, tem no seu ativo uma série de conquistas que o torna, indiscutivelmente, o partido popular tão necessário.

Srs. Deputados, mas para que possamos tornar este Partido — e me permitam os nobres Deputados da ARENA que fale do meu Partido, nesta verdadeira profissão de fé — para tornar-

mos este Partido realmente um Partido, temos de fazer uma reformulação estatutária, já que os seus pressupostos, como frente oposicionista, estão sendo conseguidos. Aí está a anistia; aí está a queda do AI-5; aí está, praticamente, o fim das torturas; aí está queda da censura. Pressupostos do Movimento Democrático Brasileiro que, hoje, pode pensar em termos mais avançados.

Acredito que o porta-estante deste futuro MDB deverá continuar sendo a Assembléia Nacional Constituinte.

Partindo daí, para a adoção de uma ideologia que o defina como popular, mas nunca como populista.

A Assembléia Nacional Constituinte que a este Deputado parece ser o único caminho para que o povo brasileiro se reencontre com as suas autoridades.

Realmente, quando ainda se procura nas cúpulas partidárias, inclusive do meu Partido, soluções casuísticas, não é possível que o povo continue afastado das decisões.

E para que não continue afastado das decisões maiores que ele deve estar presente, somente através de uma Assembléia Nacional Constituinte.

O MDB, Srs. Deputados, deve declarar claramente seus objetivos que, além de sua luta política institucional e da constante vigilância dos pressupostos democráticos, deve também contemporizar o modelo econômico atualizando-o e levando em conta, principalmente, a impossibilidade de, nos tempos modernos, da existência de um capitalismo arcaico e já ultrapassado nos próprios países adeptos de tal sistema.

O Estado precisa intervir na economia. E daí talvez a grande divergência entre o nosso Partido e o Partido da Situação. Pois não há como, em tempos modernos, em país do Terceiro Mundo, se pensar em desenvolvimento sem uma intervenção firme do Estado na economia. Mas, que essa intervenção, Srs. Deputados, esteja sob um rígido controle popular, para evitar o tão temido e atual — no nosso País — capitalismo do Estado.

Para isso há necessidade, principalmente, da convocação do Parlamentar.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Concederei, daqui a momentos, Deputado.

Há necessidade, Srs. Deputados, que, neste País, os Parlamentares sejam realmente Parlamentares, que nós não estejamos condicionados como estamos, nesta Casa, por decreto, a sermos contra, ou, a sermos a favor; que nós não tenhamos de ouvir como ouvimos de um nobre Deputado da ARENA ainda ontem, que, apesar de ele ser contrário às nomeações na faixa de fronteira para as Prefeituras, ele, na verdade nada podia fazer, porque a ordem vem de cima!

Para Parlamentar algum, Srs. Deputados, existe ordem de cima, porque acima do Parlamentar — me parece, Srs. Deputados — só existe um outro poder, poder este que, para alguns ainda é questionado — acima do poder temporal dos Srs. Deputados, uma única força poderia fazê-los não atender a sua consciência — é o poder de Deus, é o poder Divino!

Não podemos admitir que nas Casas Parlamentares deste País, ainda o Deputado baixe a cabeça com uma subserviência bovina, e que só diga amém e que então, vejam bem, Srs. Deputados, tenha que ser do contra, por um simples decreto!

Srs. Deputados, nós temos em mãos um documento preparado, uma minuta preparada por um grupo de políticos e de intelectuais, homens interessados nas questões do povo e que, entre outras coisas apresenta — é apenas um estudo — um modelo de desenvolvimento para este País, subdesenvolvido, ao que este grupo resolveu chamar de Desenvolvimento Autocentrado.

Em linhas gerais, Srs. Deputados, considerando que o Brasil não é uma ilha dentro do mundo moderno, mas que é um País com características especiais e que é um País subdesenvolvido, este documento, entre outras coisas considera o seguinte, e que deve ser apresentado como um programa de um partido

que nós pretendemos.

Este documento Autocentrado prevê que, a economia deveria apoiar-se no mercado interno, e, não, no mercado externo, mas esse mercado interno, Srs. Deputados, não é o mercado interno que alguns têm defendido, é um mercado interno altamente popular.

As nossas indústrias devem ser dirigidas para a produção de materiais populares; a nossa agricultura deve ser dirigida para a produção de alimentos populares. Por isto nós chamamos de mercado interno, do tipo popular.

Para que atinjamos isto, há necessidade de uma nova política salarial, voltada para aliviar imediatamente e de forma significativa, a vida dos trabalhadores assalariados, quer do campo quer dos centros urbanos.

Para que o homem do campo tenha a sua vida melhorada, não há como se repensar na tão odiada palavra "reforma agrária"; há necessidade, e esta Casa tem assistido pronunciamentos de ilustres Deputados, dos problemas e dos dramas que atingem o homem do interior.

Há que se repensar, Senhores Deputados, da tão malfadada modernização da nossa agricultura, modernização que eu coloco entre aspas, porque de modernização nada tem, uma vez que voltada exclusivamente para os interesses das grandes firmas multinacionais.

De que adianta, Senhores Deputados, a modernização da indústria da soja ou do plantio da soja, quando a soja é, na verdade, voltada apenas para as grandes multinacionais.

De que adianta o brasileiro saber que é hoje um dos maiores produtores de soja do mundo, se o homem da cidade não encontra nos supermercados, sequer uma lata de óleo de soja.

Há, Senhores Deputados, nesse modelo, a necessidade de se apoiar principalmente o desenvolvimento brasileiro, nos seus recursos internos e na sua capacidade tecnológica nacional. Não há como continuarmos importando matéria-prima para fabricarmos produtos populares e até: vem a propósito, como exemplo, o caso tão afamado das alpargatas Roda que eram fabricadas como produto totalmente nacional, se bem que por uma multinacional e que nos últimos tempos desapareceu do mercado. Aquele sapato popular, fabricado com matéria-prima nacional, passou a ser substituído por sapatos populares, todos eles constituídos de matéria-prima provida do petróleo.

Substituímos um calçado, todo ele com matéria-prima nacional, por outro da mesma multinacional, todo ele construído com matéria-prima das multinacionais.

Há, Senhores Deputados, que desenvolver uma tecnologia nacional para evitarmos o que vem ocorrendo com o milho híbrido, para evitarmos o que vem ocorrendo e ocorrerá com a nossa suinocultura, para evitarmos que o técnico brasileiro se veja obrigado, o cientista brasileiro se veja obrigado a ir para outros países, para lá então, prestar seus serviços.

O Sr. Trajano Bastos — V. Ex.^a me permite um aparte, Deputado Deni Schwartz?

O SR. DENI SCHWARTZ — Só um momentinho.

O caso de Angra dos Reis, está muito vivo e presente, para mostrar quão errado andou o sistema político-militar implantado neste País em 1964, quando exilou, quando cassou, quando expurgou (deste País) os técnicos, os cientistas que estavam desenvolvendo a incipiente tecnologia nuclear brasileira. Onde estará o paranaense Cezar Lattes, para citar um exemplo, homem que no contexto internacional é consideradíssimo, mas que não encontrou na sua Pátria, as condições para desenvolver a sua tecnologia. Fomos buscar na Alemanha, e o povo brasileiro todo está pagando e irá pagar muito caro, o fato de não termos técnicos no Brasil, para demonstrar os erros que se estão cometendo no desenvolvimento da nossa energia nuclear.

Concedo o aparte ao Deputado Trajano Bastos.

O Sr. Trajano Bastos — Ilustre Deputado Deni Schwartz, venho acompanhando com atenção, o pronunciamento profundo de V. Ex.^a, e gostaria, com a devida vênica de V. Ex.^a, dar minha opinião, aproveitando a oportunidade, quando V. Ex.^a critica, e com muita razão, com muito acerto, a chamada modernização da agricultura brasileira, fenômeno esse que está por acabar, definitivamente, quase, com o pequeno produtor brasileiro, o homem do campo.

V. Ex.^a tocou no assunto, também, importante, não que diz respeito ao que vem anunciando o Governo — a necessidade de importar produtos básicos, produtos agrícolas básicos e, também, o desaparecimento do óleo de soja, no mercado brasileiro. Tenho em mãos, Deputado, comunicado da SEXPAR, que nos informa, veja vem, que nos meses de janeiro e fevereiro de 1979, portanto, bem recente, firmas multinacionais estão exportando milho; exportaram 8.500 toneladas de milho, quando o mercado interno se vê em falta do produto. O óleo de soja que desapareceu das prateleiras dos supermercados e que deve estar estocado nos armazéns dos intermediários, durante os meses de janeiro e fevereiro, firmas multinacionais exportaram, para a Índia, nada mais, nada menos, do que 22 mil toneladas de óleo de soja.

Realmente, não dá para entender, V. Ex.^a tem razão. Não dá para entender onde quer chegar o Governo brasileiro com a política de exportação, esquecendo o mercado interno.

Era esta observação e com esses dados para colaborar com o brilhante pronunciamento que V. Ex.^a faz nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Trajano Bastos e, muita coisa, realmente, não se entende neste País. V. Ex.^a com dados oficiais, comprova que não dá para entender. Realmente, Srs. Deputados, em todos os setores nós vemos coisas ininteligíveis. Veja-se, por exemplo, e esse é um dos itens deste trabalho — o setor de educação. O setor de educação, do País, mereceria, não uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não até um estado de calamidade. O setor educacional deste País, é caso de declarar estado de guerra, porque o que esses homens fizeram na educação brasileira, condenando-nos, indiscutivelmente, a muitos anos de retrocesso, digo, porque o que esses homens fizeram na educação brasileira, nos condenará, indiscutivelmente, a muitos anos de retrocesso.

Vejam, os Srs. Deputados e, todos os Deputados estão sentindo isto, a situação nesta Assembléia Legislativa que até há algum tempo atrás era o choro de lamentações de todos os flagelados deste Estado e, para entrarmos na Assembléia, geralmente, encontrávamos mendigos, encontrávamos marginalizados da sociedade à espera do seu Deputado, à espera de alguma ajuda.

Hoje, Srs. Deputados, esses marginalizados da sociedade foram substituídos por filhos de paranaenses e de brasileiros que aqui estão a pedir bolsas de estudo, porque se mercantilizou a educação, neste País; porque, hoje, Srs. Deputados, graças à desmoralização que foi levada a educação neste País, e que foi levado o professor com mísero salário. Hoje, o cidadão, para entrar numa faculdade, tem que cair nas mãos dessas arapucas e ratoeiras que são os cursinhos — malditos cursinhos. E nesse programa e eu chamo atenção dos Srs. Deputados, um dos itens, seria o fechamento imediato de todos esses cursinhos que hoje, inclusive, Srs. Deputados, todos, estão a mandar aqueles que vão lá, à procura de seu Deputado a pedir uma bolsa de estudos. E vejam, Srs. Deputados, a situação do ensino universitário. No Paraná, na Universidade Federal para a elite, de graça, porque só a elite tem condições de frequentar a Universidade Federal. Porque o filho do pobre que tem de trabalhar durante o dia, não tem cursos na Universidade Federal, durante a noite. Então tem de cair nas outras arapucas, que são as Faculdades particulares. Ao rico, que não precisa tra-

balhar, que tem o pai a sustentá-lo, a Universidade gratuita. E ela que deveria ser gratuita para todos, para o filho do rico e para o filho do pobre.

E um outro item a demonstrar quão este País está perdido.

Srs. Deputados, outros itens poderíamos nos alongar, mas um deles, quero deixar bem claro neste documento e que nós encampamos e de há muito defendemos, é que num País subdesenvolvido como o nosso, num País sem capitais como o nosso, há necessidade urgente de se estatizar todo o sistema financeiro. Porque não é admissível mais, Srs. Deputados, que o guarda que ganha dois mil e quinhentos cruzeiros por mês, fique a guarnecer a casa do banqueiro que ganha 100 mil cruzeiros, por dia. Enquanto o banqueiro ganha 100 mil cruzeiros por dia, e o guarda ganha 2.500 cruzeiros por mês, nós temos de justificar os atos de terrorismo, os atos de vandalismo, temos de justificar esse miserável que está a guarnecer a casa do banqueiro.

Srs. Deputados, neste momento em que se fala da desestatização deste País, há que se questionar. Desestatização para quem? Para o capital brasileiro? Mas não se diz que nós não temos capitais, tanto que precisamos endividar o País à busca destes capitais?

Neste momento, Srs. Deputados, eu que não conheço poder algum acima do legislador, posso reconhecê-lo em igual nível. Eu peço a atenção dos Srs. Deputados, desestatizar este País para quem? Para as multinacionais, naturalmente, ou para grupos nacionais, que novamente repito, nada mais serão do que testas de ferro das grandes multinacionais.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa comunica ao nobre Deputado que está na tribuna, que V. Ex.^a tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado. Por isso, Srs. Deputados, a nós que queríamos fazer esta profissão de fé, para que nos Anais desta Casa constasse o posicionamento deste Parlamentar perante o atual momento político brasileiro, nós ficamos satisfeitos e felizes ao sabermos que hoje se discute política, neste País. Mas repetimos que, não admitimos qualquer poder acima do nosso, como não admitimos também, vejamos bem os Srs. Deputados, que a responsabilidade do atual momento brasileiro não seja nossa. O povo brasileiro através de suas classes sociais conseguiram a extinção do AI-5, conseguiram pressionar o sistema político-militar implantado neste País, que está cedendo, não concedendo, está cedendo. E cabe a nós, parlamentares, a posição muito importante de sabermos viver este momento.

Eu peço desculpas ao Deputado Gabriel Manoel que quando eu acedi o aparte ele não se encontrava em Plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Dentro do horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, ao mesmo tempo em que defendia a reestruturação da Procuradoria Geral do Estado, pleiteava também o prestigiamento de todos os seus componentes, pois os considerava, como os considera, advogados capazes e dignos, responsáveis diretos pela defesa da Fazenda Pública em todas as instâncias.

“Estranhavelmente, porém, o ex-Procurador Geral Léllis Antônio Correa, que já vinha contratando por preços altíssimos advogados paulistas para montarem memórias sobre o trabalho dos seus subordinados, perante o Supremo Tribunal Federal, (como foi o caso do pagamento de cem mil cruzeiros ao Professor Washington de Barros Monteiro), simplesmente resolveu distorcer a Lei n.º 7.074, aprovada por este Poder.

O primeiro e grave ato praticado por esse servidor do Estado foi pretender o preenchimento de cento e cinco vagas de Procuradores por um critério estritamente político.

Assim, remeteu ao ex-Governador do Estado, uma lista de escolhidos, pedindo o provimento dos cargos, dizendo que assim o fazia porque foram "por mim classificados". O uso do pronome pessoal do caso oblíquo, na primeira pessoa do singular, diz bem da falta de modéstia que imperou e, sobretudo, que o norteou.

A lei, Senhores Deputados, como irei demonstrar, não autorizava o ex-Procurador Geral do Estado, classificar a ninguém, fosse porque método o fosse.

Após o enquadramento geral dos antigos advogados do Estado deveriam ser preenchidos cento e cinco cargos por merecimento.

O Parágrafo 1.º do Artigo 35, da Lei n.º 7.074, diz: "Para esse provimento, o Procurador Geral remeterá ao Governador do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça, dentro de trinta dias, da publicação desta Lei, a competente lista nominal dos classificados, obedecidos na aferição dos méritos os critérios no Artigo 28".

O Artigo 28 diz: "Na aferição do mérito, o Conselho da Procuradoria Geral do Estado, considerará os seguintes elementos de preferência: competência profissional, além de outros atributos especificamente definidos.

Quer dizer: Um Conselho de Procuradores faria a escolha.

Mas, o Sr. Léllis Correa investiu-as na condição de Procurador Geral e de Conselho e fez a sua lista particular e pretendeu induzir o ex-Governador a assinar o que escreveu.

Mas Sua Excelência engavetou as indicações e pretendeu que o seu sucessor a liberasse. O Governador Ney Braga, entretanto, alertado para a imoralidade através de um mandado de segurança subscrito pelo Dr. Hugo Ramos de Oliveira, num gesto elogiável, sem dúvida, sustou o provimento dos cargos.

Agora porém, o atual Procurador Geral do Estado, Dr. Ivan Ordini Righi, um Promotor de Justiça, inteligente e capaz, prestigiando seu antecessor, saiu em seu socorro dizendo que a lista era legal e que o verbo "remeter", constante do Artigo 35, - § 1.º, da Lei n.º 7.074, tinha o significado de classificar.

Tenho em mãos o documento que traz tal afirmação. "Data vênha", Srs. Deputados, remeter, segundo os dicionaristas, é o mesmo que enviar, entregar, acometer, etc. mas nunca classificar que significa: aprovar ou elevar.

O ilustre Procurador Geral do Estado, responsável, pelo assessoramento jurídico do Governo, não pode e não deve dizer de público o que a lei não contém. Principalmente uma lei votada por esta Casa.

E por isso ocupo a tribuna, nesta tarde.

Quero alertar o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para dois pontos relevantes da lei.

Consta do Artigo 28, como vimos, que um Conselho de Procuradores faria, aferiria os méritos daqueles que deveriam ser classificados.

Esse Conselho, segundo o artigo 6.º, da Lei n.º 7074, deveria compor-se de quatro membros integrantes da Carreira de Procurador do Estado.

Não distingue a lei, como se vê, esses Procuradores seriam aqueles escolhidos pelo Dr. Léllis Correa simplesmente porque, pela norma do Decreto n.º 6.284, os Procuradores já se encontravam classificados. Entre eles, evidentemente é que seria formado o Conselho, por indicação do Secretário da Justiça e designação do Governador do Estado.

Isto, exatamente, é o que consta do parágrafo segundo do Artigo 6.º, da Lei n.º 7.074.

Porque o anterior Secretário da Justiça nada fez e porque o ex-Governador Jayme Canet Júnior omitiu-se; o Dr. Léllis

Antônio Correa arvorou-se em proprietário da Procuradoria Geral do Estado e, assim, além de classificar a uns e a desprestigiar a outros, reservou um lugar de primeira classe para si mesmo.

Srs. Deputados, o Governador Ney Braga, com inteligência, já revisionou o caso das professoras transferidas para o Interior e as fez retornar aos seus cargos de origem. Agora surge um novo problema, igualmente grave, deixado por um subalterno e que vem tumultuando a vida jurídica do Estado. Assim quero chamar a sua atenção, por intermédio da sua nobre liderança e por força de um pedido de informações que lhes estou dirigindo, no sentido de que determine a revisão do caso.

Melhor seria que se constituísse o Conselho de Procuradores, através dos integrantes atuais da carreira e que se promovesse a classificação pelos critérios de antiguidade e de merecimento.

Finalmente apelo no sentido de que a lista particular organizada arbitrariamente pelo ex-Procurador Geral do Estado seja tornada sem efeito, pois, assim, a administração pública estará dando seu primeiro passo na reformulação de uma arbitrariedade praticada à sombra do poder.

Cargo público não é terra abandonada para ser loteada como uma nova sesmaria!

As conclusões a que cheguei, e diversos companheiros de nossa bancada também chegaram, não são as mais favoráveis ao anterior Procurador Geral do Estado, Léllis Correa, porque verificados que da sua lista constam nomes de pessoas que nunca advogaram e que nem sequer sabem o caminho do Fórum. Cito, por exemplo, o ex-Diretor do DETRAN; em sendo Diretor do DETRAN, estava impedido de advogar e foi, entretanto, classificado.

Professores de nomeada, como Ildefonso Marques - a quem tive o prazer de ser aluno e outros companheiros também o tiveram, inclusive da bancada da ARENA, Gaspar Lacerda Pinto, não conseguiram classificação à altura das suas tradições. Enquanto isso, porém, outros elementos deram e tiveram alçados a posições elevadas.

Não há dúvida alguma de que imperou o protecionismo político.

Outra coisa que não entendo, ninguém entende, é a proibição de advogarem particularmente, aqueles que já se encontravam com seus escritórios montados...

O Sr. Erondy Silvério -- Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NESTOR BAPTISTA -- Com o maior prazer, Líder da ARENA.

O Sr. Erondy Silvério -- Estou acompanhando com muito interesse a justificativa que Vossa Excelência está fazendo, da proposição encaminhada ontem à consideração da Casa, solicitando informações ao Sr. Governador do Estado sobre o problema dos Advogados e dos Procuradores.

Apenas queria discordar - mas antes quero dizer que me associo a Vossa Excelência e acho que todos os Srs. Deputados da ARENA, reconhecem da injustiça havida, com relação ao assunto.

Apenas gostaria de fazer uma ressalva a Vossa Excelência: que não houve proteção política e motivos políticos, eleitoreiros, na condução desse problema. Houve, isto sim, talvez parcialidade, ou talvez digamos, desinteresse, de quem de direito, para a condução do problema dentro do caminho certo, como devia ser conduzido.

Faço esta ressalva, porque acompanhei de perto as negociações que se faziam na época, as gestões que se procuravam fazer na época, diversos Deputados da época e mesmo alguns Deputados do MDB, junto ao Governador do Estado, Sr. Jayme Canet Júnior. E pudemos sentir, no ex-Governador, a preocupação que ele tinha de fazer justiça. Lamentavelmente houve falhas, lamentavelmente o Governador foi induzido a erro.

Mas não houve absolutamente, motivo eleitoreiro, ou favorecimento político a ninguém. Então esta ressalva, quero fazer a Vossa Excelência, dizer que vou votar com o requerimento de Vossa Excelência. Porque é dos mais justos. Acho que toda a bancada da ARENA, acompanhará a Vossa Excelência, aprovando o pedido de informações que Vossa Excelência encaminha ao Governador do Estado, sobre uma questão tão justa que foi tratada com certo desinteresse por quem de direito. O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu dizia que, “não entendo e ninguém entende, é a proibição de advogarem particularmente aqueles que já se encontravam com escritórios montados.

Por que o ex-Governador do Estado, inspirado por Lélis Correa, não proibiu, também, os médicos, os dentistas, os engenheiros e demais profissionais liberais, de manterem clínicas particulares? Por que essa ação, com dois pesos e duas medidas?

A proibição feriu o direito adquirido que esta Casa havia preservado.

Atingiu a Constituição Federal, em seu artigo 153, quando diz: “A lei não prejudicará o direito adquirido”; feriu o artigo 6.º da Lei de Introdução ao Código Civil que previne: “A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitado o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada”.

O Tribunal de Justiça do Paraná tem reconhecido e o Supremo Tribunal Federal tem decidido que mesmo aos funcionários vinculados às normas estatutárias não se nega o direito adquirido.

O Governo anterior, mal assessorado, sem dúvida, proibiu, entretanto, a advogacia particular, tanto em lei quanto em decretos.

Agora, porém, surge o pior: o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil não acata a proibição e não manda anotar na Carteira dos Advogados do Estado, os impedimentos sob o justo pretexto de que lei estadual não se sobrepõe à lei federal e que, portanto, os causídicos são todos regidos pelo Estatuto da Ordem, que é lei maior.

Mais uma vez necessário se torna que o Governador do Estado interfira, pois, em caso contrário poderemos assistir à impetração de pedidos de segurança ou à arguição de inconstitucionalidade da lei que votamos certos, mas que o Sr. Canet Júnior encarregou-se de deformar.”

Devo dizer também que tenho hoje a informação, através do jornal “O Estado do Paraná”, e ontem tinha conhecimento também de um apelo enviado pela Liderança da bancada da ARENA, apelando e solicitando ao Sr. Governador, que se detivesse com muito carinho neste objetivo que é de todos nós, de solucionar o problema. E o jornal “O Estado do Paraná”, traz uma notícia, de que possivelmente é intenção do Sr. Governador do Estado, devolver a lista de classificação para que um Conselho indique os nomes dos classificados, e que a Justiça seja feita através do critério mais correto, ou seja, da antiguidade e merecimento critérios que, por certo, trarão alegria a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me deram alegria ao ouvirem esta preleção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja fazer uso do seu horário (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Presidência comunica, e é do conhecimento de todos, que na tarde de hoje recebeu a visita do Dr. Douglas Souza Luz, Presidente da COPEL.

Nessa visita, o Sr. Presidente da COPEL formulou um convite a todos os Srs. Deputados, para uma visita às obras

de Foz do Areia. Esta Presidência solicita dos Srs. Líderes das Bancadas, para que escolham uma data oportuna para a referida visita.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa seja procedida chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 38 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do Cooperativismo.— **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que comporão o colégio de Vice-Líderes da Bancada do MDB.— **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 01/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Fundação Alberto e Regina Diedrichs”, com sede e foro na cidade de Imbituva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro”, com sede e foro na cidade de Castro, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a “Escola de Pais do Brasil, Seção de Curitiba”, com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 160/78, que aprova o Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 05/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANAPOEMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

dade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 06/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de MARILENA e SÃO TOMÉ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, nos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 16/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, que com intervenção de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 25/79, que aprova convênio celebrado entre os Governos Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a SUDESUL e os Estabelecimentos Bancários que especifica, objetivando mútua colaboração para o desenvolvimento coordenado do Setor Metal-Mecânico da Região Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 31/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os Municípios de Paranaguá, Marilândia e Altônia, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo providências para a eletrificação rural na localidade de Ibiracema, Município de Catanduvas.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, contendo pedido de informações com referência à pavimentação asfáltica da estrada que interliga os Municípios de Cândido Rondon a Guaíra.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria da Segurança, encarecendo a formação de uma Comissão Especial, composta por representantes desse órgão, da Prefeitura Municipal e Sindicatos das Classes Patronal e de empregados, a fim de estudar a implantação de um sistema de identificação aos passageiros que se utilizam dos serviços de táxi no período noturno.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, contendo pedido de

informações sobre a Classificação do Quadro da Procuradoria Geral do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de apelo à SANEPAR, visando a ampliação da rede de água da cidade de Campo Largo, a fim de servir o Jardim Itaboá, e outros loteamentos do Bairro de Itaquí.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, visando medidas urgentes para o pronto restabelecimento de fornecimento de água ao Município da Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, objetivando a construção de duas salas de aula na localidade de Canoas, Município de Dois Vizinhos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto de serviço telefônico na localidade de Rio Elias, Município de Renascença.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, contendo pedido de informações, sobre os quais as providências adotadas pela SUREHMA para coibir a poluição atmosférica provocada pela COCELPA. Em votação. O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Nilso Sguarezi, para encaminhar a votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A posição da nossa bancada com referência a esse requerimento, evidentemente favorável. Apenas queremos destacar que em data de ontem, um requerimento no mesmo sentido, de autoria do Deputado Carlos Zanlorenzi, que objetiva obter informações da SANEPAR, teve pela bancada da Maioria, o seu indeferimento, e, conseqüentemente não foi aprovado.

Acreditamos de que não possa a Casa, em momento algum ser privada de informações como essa, razão porque nós votamos favoravelmente ao pedido, mas pedimos à douta bancada da ARENA, de que não cerceie a Casa de obter informações como a que aqui ontem se verificou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão. Em votação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando que requerimentos de pesar ou regozijo que tiverem implicações partidárias ou conotações políticas, a critério do Presidente, se aprovados com presença de Deputados inferior à maioria absoluta da composição numérica da Assembléia, tenham esse detalhe inserido em ata e mencionado no expediente externo eventualmente expedido.— **Ao Departamento Legislativo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "Impossível incluir no quadro dos delitos as ações políticas. São fatos de natureza extrajurídica. O que se pune

como crime, hoje, é motivo de exaltação amanhã; de um lado, a infâmia atirada ao réu, atingindo sua família, de outro, a glória, a consagração da poesia popular e das lendas heróicas. Num dia, o patíbulo e a execução popular; no dia seguinte, a tumba coberta de flores, o monumento, o reconhecimento da História."

—(Carrara)—

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

De Amaury Silva a Walter Pecoits, a Jacinto Simões, Miram Perih e Alencar Furtado, os políticos cassados e banidos.

De Theófilo Fonseca Belém e Otto Brooks, a Wilson Teixeira e Joaquim Pires Cerveira, os militares reformados e expulsos.

De Athos de Santa Thereza Abilhoa e Amílcar Gigante, a Nésio Jaques Pereira e Jäder Magalhães, os professores, juristas e funcionários aposentados.

De Aristides Vognalles, Vitório Soratiuk, Carlos Frederico Marés de Souza, Derlei Catarina de Lucca e João Bonifácio Cabral Júnior e Stênio Jacob, os professores, jornalistas, estudantes e intelectuais presos.

De Valmor Marcelino e Jairo Régis, a Luiz Geraldo Mazza e Zélia Passos, os funcionários públicos demitidos ou colocados compulsoriamente em disponibilidade.

Estes são alguns dos paranaenses atingidos pela repressão montada no Paraná desde 1964, que retiramos, sem maiores critérios, da lista de vítimas, que o Comitê Brasileiro p/Anistia-Curitiba, relacionou e levou ao conhecimento do povo deste Estado.

Hoje, dia 18 de abril, é o DIA NACIONAL DA LUTA PELA ANISTIA. E o povo brasileiro, que foi colonizado por desterrados e banidos, envolvidos em crimes comuns, mas beneficiados por um ATO DE GRAÇA do Governo lusitano, está a esperar pela Anistia àqueles que - de uma ou de outra maneira - estão afastados da vida nacional.

Por tais razões, objetivamos uma rápida análise sobre a HISTÓRIA DA ANISTIA no Brasil, que sendo vasta, permite extraordinário conhecimento sobre o verdadeiro significado do instituto, bem como para que não se procure desvirtuar sua significação humana e social.

Em 1654, o Rei de Portugal concedeu ANISTIA PLENA E INTEIRA a todos os portugueses e judeus, ou subditos de qualquer outra nacionalidade, que tivessem tomado partido pelos holandeses na INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA.

Vinte e quatro horas após nossa INDEPENDÊNCIA, exatamente no dia 08 de setembro de 1822, Dom Pedro assinava o decreto concedendo ANISTIA GERAL para todos os que haviam manifestado idéias contrárias ao movimento de Independência.

Com a abdicação de Dom Pedro I, no ano de 1831, assumiu o poder a Regência Trina Provisória que, no segundo dia de governo, decretou ANISTIA AMPLA a todos os condenados e pronunciados por motivos políticos no Primeiro Império.

No ano de 1844, três após a dissolução da Câmara Liberal, Dom Pedro II concedeu ANISTIA AMPLA E INCONDICIONAL às duas facções da elite: Conservadores e Liberais.

Com a República a tradição da Anistia continuava. O Marechal Deodoro da Fonseca, um ano após o banimento dos principais líderes monarquistas, decretou a 19 de novembro de 1890 a ANULAÇÃO de todos os banimentos.

A partir de fevereiro de 1893, deflagrou-se a Revolução Federalista e a Revolta Armada que conflagraram os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Ao lado da Revolução Federalista, a Revolta Armada empolgou o Rio de Janeiro a partir de 06 de setembro de 1893, exi-

gindo a renúncia de Floriano. Ações combinadas das duas revoltas chegaram a tomar importantes cidades do país como Desterro e Curitiba. Mas a contra-ofensiva de Floriano com o apoio decidido de São Paulo é esmagadora. Em cada cidade retomada, a repressão se faz violenta e implacável, sendo assassinados não só os culpados, mas simples suspeitos e muitos inocentes. A retomada de Curitiba foi das mais trágicas, com a crueldade sendo espalhada aos quatro ventos. As prisões são incontáveis. O número de mortes, tendo à frente o saudoso Barão do Cerro Azul - hoje nome de rua nesta capital e de cidade neste Estado -, também é grande. Os ideais pelos quais se bateram os dois lados em luta, seriam desde o início obscurecidos pelas crueldades praticadas de ambas as partes, pelos assassinatos, violências, degolamentos e selvageria sem paralelos. Durou trinta e um meses, com um saldo de dez mil mortos, a guerra civil mais longa da Primeira República. O recém-empossado Prudente de Moraes, primeiro Presidente civil do país, enviou projeto de ANISTIA ao Congresso, que o torna lei em 21 de outubro de 1895. Anistia esta, que beneficiou a todos, inclusive os "criminosos de sangue", entre os quais, muitos civis e militares paranaenses.

A 31 de outubro de 1904 é aprovada, pelo Congresso Nacional, depois de violenta discussão no Senado e na Câmara, a lei n.º 1.261, baseada nas recomendações de Oswaldo Cruz e tornando obrigatória a vacina. Na aplicação da medida são cometidos seguidos desmandos. O trabalho de extermínio dos mosquitos transmissores das doenças, por mais ridículo que possa parecer, leva à derrubada de casas, especialmente as populares, o que implica no deslocamento de milhares de pessoas. O clima de insatisfação, que já vinha se materializando em comícios e agitações populares, acaba tomando conta do Rio de Janeiro com a fundação da Liga Contra a Vacinação Obrigatória e a 10 de novembro transforma-se em revolta aberta. Essa revolta deixou um resultado de centenas de mortos e feridos. Mas, em 05 de agosto de 1905, Rui Barbosa entrou com um projeto de ANISTIA no Congresso, que foi aprovado pelo Senado e Câmara, beneficiando todos os implicados nos acontecimentos relacionados com a vacina obrigatória. Entre os anistiados encontrava-se o cadete Eurico Gaspar Dutra, líder conservador do Exército, que depois foi Presidente da República.

Outra concessão de Anistia que nos diz respeito é em relação à rebelião camponesa do Contestado. Durante anos, Paraná e Santa Catarina lutaram pela posse de uma grande faixa territorial. Foram inúmeras as mortes ali acontecidas, tal era o desejo incontrolável pelo domínio daquela área. Em 1918, o Presidente da República Wenceslau Braz concedeu ANISTIA IRRESTRITA a militares e civis que, direta ou indiretamente, se envolveram no conflito armado.

Com a vitória da Revolução de 30, o Governo Provisório, sob a égide de Getúlio Vargas, decreta ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA cinco dias após a posse. O decreto é um dos mais amplos da história republicana. Concede Anistia a todos os civis e militares envolvidos nos movimentos revolucionários. Inclui os delitos políticos, militares, conexos e de imprensa. Não distingue os que pegaram em armas, assaltaram, mataram, ou cometeram simples delito de opinião. E este decreto mandou, também, contar o tempo de todos os que estiveram afastados do Exército ou das funções civis para efeito de promoção.

A Assembléia Constituinte de 1934, constou da nova Carta, em seu artigo 19, a concessão de ANISTIA AMPLA a todos os que tivessem cometido crimes políticos até àquela data, principalmente aos Constitucionalistas de 32. Entre esses figuravam Austragésilo de Athayde - atual Presidente da Academia Brasileira de Letras, Júlio de Mesquita Filho - saudoso Diretor de "O ESTADO DE SÃO PAULO", Prudente de Moraes Neto - falecido quando ocupava a Pre-

sidência da Associação Brasileira de Imprensa, Coronel Euclides Figueiredo - pai do General Figueiredo, e Godfredo da Silva Telles - responsável pela Carta aos brasileiros divulgada a 11 de agosto de 1977 das arcadas do Largo de São Francisco. A Constituição de 34 ANISTIOU também, os comunistas e os líderes sindicais, além de outros patriotas.

Diante da enorme pressão popular, Getúlio decretou ANISTIA AMPLA E GERAL a 18 de abril de 1945. A Anistia de 45 fora uma conquista popular e democrática. Dela beneficiaram-se, direta ou indiretamente, os presos políticos, os exilados e todos os perseguidos. Os clandestinos e foragidos puderam voltar à luz do dia; 563 presos políticos são libertados. Entre eles, comunistas, socialistas, antifascistas, liberais e integralistas.

Nos meses de maio a outubro de 1957, as populações rurais de cinco municípios do Estado do Paraná - Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Capanema - levantaram-se em armas contra as violências emanadas dos poderes públicos estaduais - o lupionismo, que agia em comunhão com elementos civis, assalariados por empresas de terras, entre elas a CITLA e a COMERCIAL, que exploravam - literalmente - os agricultores da região. Era a Revolta Agrária. Em defesa de suas posses e benfeitorias e de sua própria segurança pessoal e, contra o regime de terror que se implantara, os camponeses dos cinco municípios, sublevaram-se em massa, sob a influência imperativa de um clima emocional tempestuoso, e foram à luta armada e desigual. De um lado, a polícia estadual e os bem armados civis das empresas. De outro, os agricultores com armas improvisadas e ineficientes, onde se contavam fações e espingardas de caçar. Houveram lutas sangrentas, ferimentos e mortes, de lado a lado. Dessa revolta tomou parte o hoje nobre Deputado Ivo Thomazoni, à época gerente e locutor da Rádio Colméia de Pato Branco, hoje Rádio Celinauta. Sua participação foi das mais ativas, principalmente porque, através das ondas de sua emissora, transmitia os boletins do comando da revolta. O Deputado Ivo Thomazoni, portanto, conhece profundamente os acontecimentos violentíssimos da Revolta Agrária. Através do Decreto-Lei n.º 17, de 05 de dezembro de 1959, o Congresso Nacional e o Presidente Juscelino Kubitschek, concederam ANISTIA a todos os criminosos primários e processados em decorrência do conflito.

Ainda no período 46-63, houveram outras onze concessões de Anistia. A principal delas foi a ANISTIA GERAL de 16/12/71, que através do Decreto Legislativo nº 18, que beneficiou todos os acusados de crimes políticos desde 16/01/34 até a promulgação do Ato Adicional (02/09/61). Incluiu os trabalhadores que participavam de movimentos grevistas; os estudantes ameaçados de perderem o ano; servidores civis e militares que tivessem sofrido penas disciplinares; os jornalistas incursos em delitos de imprensa e os responsáveis por crimes eleitorais.

A Anistia é uma tradição na história do Brasil. Em quase todos os momentos importantes da história nacional e em todas as suas fases - Colônia, Reino, Império e República, a Anistia esteve presente. Pesquisando a legislação brasileira de todos os tempos, constata-se a existência de quase 100 (cem) decretos de Anistia. Ela é encontrada em todas as grandes lutas nacionais, de uma ou de outra forma: na luta contra a exploração colonial portuguesa, nas lutas contra a opressão imperial, nas reivindicações democráticas, nas lutas contemporâneas pela liberdade e pela verdadeira independência nacional. Serviu a todas as classes sociais. Beneficiou largamente segmentos das classes dominantes em dissensões entre si, mas também esteve presente ao fim de movimentos progressistas, favorecendo personalidades revolucionárias, operários, camponeses. Como intuito de caráter democrático sempre foi necessária nos momentos de graves decisões internas e quando

os direitos civis não eram respeitados, para assegurar o direito à oposição, conquista igualmente democrática.

No Brasil a tradição é pela concessão de Anistia a crimes políticos e de rebelião. Pegaram em armas muitos que queriam a nossa independência, os "balaíos", os "cabanos", os confederados do Equador, os "praieros" e os "farropilhas". Pegaram em armas os que revoltaram a esquadra, em 1893 e os marujos de João Cândido em 1910. Os tenentes de 22, 24 e 26 e, finalmente 30, por derrubar o governo de Washington Luiz. Os revoltosos da Aliança Nacional Libertadora em 35 e os integralistas de 38, assim como os que se revoltaram em Aragarças e Jacareacanga. Em quase todas essas revoluções e movimentos rebeldes houve mortes, assassinatos, assaltos, terror. Os almirantes que revoltaram a esquadra em 1893 bombardearam a cidade do Rio de Janeiro, atingindo sua população indefesa. Em Aragarças houve seqüestro de aeronaves civis. Na Revolução Federalista foram inomináveis os crimes praticados de ambos os lados, incontáveis os degolamentos e as mortes. Se lembrar-mos os espetáculos incruentes de nossa história é para reafirmar que todos foram prolongamentos de lutas políticas e que por isso não se constituíram em obstáculos à concessão de Anistia. A violência, em todos esses episódios, foi consequência natural e inevitável da radicalização da luta política. Foram atos de guerra, isto é, atos políticos por outros meios. E por isso a Anistia os alcançou a todos, sem distinção. Os tenentes de 22 assaltaram quartéis, roubaram armas e bancos. Em 1924 o saque generalizou-se na capital paulista. Nos 20 dias de insurreição popular em 1930 houve de tudo: combates, assaltos, saques, incêndios. Todos foram "crimes políticos, coletivos ou de rebelião", não visavam beneficiar ninguém em particular, mas expressavam a forma de ação, levados pela motivação política dos rebeldes por uma causa justa. Não somos apologistas da violência, nem a aceitamos, mas a Anistia deve ser ampla, geral e irrestrita.

É importante ressaltar da tribuna desta Casa que, sem Anistia uma série de personalidades não teriam desempenhado papel de destaque na vida do País. O primeiro Ministro da Fazenda do Brasil, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, foi ANISTIADO em 1844, pela sua participação na Revolução Liberal. David Canabarro e Antônio Neto, generais rebeldes da Farroupilha, comandaram depois da Anistia tropas imperiais na Guerra do Paraguai. J.J. Seabra certamente não teria sido governador da Bahia, senador e ministro da justiça, sem a Anistia de 1893. Dos anistiados em 1905, Lauro Sodré foi posteriormente governador do Pará, Lauro Müller - ministro das relações exteriores e senador, Eurico Gaspar Dutra - ministro da guerra e Presidente da República. Igualmente Presidente da República depois de ter sido ministro da guerra, Costa e Silva fazia questão de que lhe fosse reconhecida a sua participação no levante da Vila Militar em 22 - quando era tenente - e, portanto, beneficiário da Anistia de 30. Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Eduardo Gomes foram anistiados uma ou mais vezes e chegaram a Ministro. Com a Anistia de 1934 beneficiaram-se historiador Aureliano Leite e o general Euclides Figueiredo, que depois chegaram a exercer mandatos de deputados federais. Entre os numerosos militares que se favoreceram com Anistia, encontram-se ainda o general Flores da Cunha, ex-governador do Rio Grande do Sul; o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, patrono da Polícia Militar de São Paulo; o general da reserva Juraci Magalhães, ex-governador da Bahia. Na intelectualidade e nas letras encontramos o jornalista João Soares Lisboa, principal redator do Correio do Rio de Janeiro em 1822; o jornalista José do Patrocínio; o poeta Olavo Bilac; os escritores Paulo Duarte, Vivaldo Coaraci e Jorge Amado, entre outros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A sociedade brasileira está EXIGINDO ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRES-TRITA.

— E a exige porque são hoje mais de duzentos presos políticos condenados pela Lei de Segurança Nacional, fora aqueles que estão presos para averiguações, inquéritos, abertura de processos, etc.

— A exige — Nobres Deputados — porque há um grande número de brasileiros na condição de ex-presos políticos. Calcula-se em quinhentos mil os que viram-se envolvidos em inquéritos ou processos políticos desde 1964. E estes sofrem todo o tipo de perseguição e dificuldades de sobrevivência. Basta ter passado por essa situação para ser fichado na polícia, o que prejudica a obtenção de um simples atestado de antecedentes para efeito de uma carta de motorista, um passaporte e exercer função pública.

— Afora a categoria dos ex-presos políticos, a Nação exige Anistia para os perseguidos políticos, que é impossível quantificar. Neste caso entende-se principalmente os condenados à revelia, os foragidos e os clandestinos.

O Sr. Gernote Kirin — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Nelson Friedrich, foi com entusiasmo e encanto que acompanhei esse seu pronunciamento, mostrando, através da História, que a anistia é uma tradição do nosso povo. Eu gostaria de dizer mais: a anistia é uma tradição cristã. Creio que não falho historicamente se disser que Cristo foi um dos que introduziu a anistia a nível da humanidade; quando através de suas palavras de perdão, conseguiu perdoar, inclusive Judas Escariota, que o próprio nome indica, "Escariota", era um grupo rebelde, era um grupo guerrilheiro que visava a independência do povo de Israel, contra o Império Romano, Cristo acolheu no meio de seus grupos, cedendo-lhe o perdão pela violência que ele antes pregava e praticava. Inclusive um dos seus mais queridos discípulos era Pedro, o Zelota. Também os "zelotas" eram grupos revolucionários violentos, e Cristo os perdoou e os restabeleceu, para uma nova visão da história, uma nova luta que com ele começava.

Aliás ele também perdoou inclusive o corrupto, Zaqueu, o rico, cobrador de impostos; que se corrompia com o dinheiro do povo, assim como hoje muitos se corrompem. Cristo soube dar uma palavra de perdão e este se arrependeu e voltou a empunhar uma nova vida e uma nova condução.

Creio que a anistia no Brasil, é uma forma de manter este princípio cristão do perdão e também de recuperar muitas forças políticas que deixaram de atuar e contribuir para a grandeza desta Pátria.

É isto que gostaria de lembrar neste seu brilhante discurso. Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e o testemunho cristão, histórico e bíblico, veio fechar extraordinariamente o que nós trouxemos aqui. Continuo, Sr. Presidente:

"Estes não estiveram presentes aos seus julgamentos ou fugiram para defenderem suas vidas e sua liberdade ameaçadas pela perseguição policial, ou mesmo por desenvolverem atividade política ilegal que julgavam de direito.

— Anistia também por causa dos desaparecidos. O número? Impossível saber. As listas divulgadas pela imprensa relacionam cerca de cinquenta nomes, mas acredita-se que o número de desaparecidos é superior à casa dos cinquenta. É dramática a situação dos familiares destes "mortos, talvez, quem sabe?" Todos reclamam que seus parentes foram presos, mas o paradeiro continua incerto, apesar do esforço e até promessas de autoridades em esclarecer a questão. Para saber-se ao certo: que se permita virem à luz do dia todos os clandestinos; que regressem todos os brasileiros do exterior.

— Anistia, Senhores Deputados, para os banidos definitivamente do território nacional. Seis já estão mortos e um, dos 128, é considerado "desaparecido". Os banidos deixaram o país entre setembro de 1969 e janeiro de 1971.

Dois deles, o Frei Tito de Alencar Lima e Maria Auxiliadora Lara Barcelos, encontram no suicídio o fim de seus tormentos.

— A Anistia tem que vir para os exilados. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo calcula em dez mil o número de exilados.

Muitos são os que estão no exterior há quinze anos, entre eles os ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, o ex-deputado Francisco Julião, o coronel Dagoberto Rodrigues e o almirante Cândido Aragão.

— 4.887, Senhor Presidente, é o número de cassados. Esse número, vale dizer, abrange apenas os que tiveram suspensos os seus direitos políticos, cassados seus mandatos, ou foram demitidos, destituídos, reformados, postos em disponibilidade ou aposentados de suas funções públicas, civis ou militares, através dos atos constitucionais 1, 2 e 5. Uma vez que foi grande o número de cassados por ato das Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e ainda os servidores municipais ou estaduais demitidos por atos dos governos estaduais, além dos que renunciaram em decorrência de perseguições políticas. Estes não constam do número oficial de cassados.

— A Igreja aguarda Anistia, pois muitos foram os religiosos estrangeiros, que aqui estavam em atividades missionárias, expulsos do país.

— Não se pode esquecer Anistia para os trabalhadores grevistas. Não nos referimos aos operários que foram presos, cumpriram ou cumprem penas, os que demandaram ao exílio ou que tiveram seus direitos políticos cassados; mas especificamente os trabalhadores que foram demitidos de seus empregos, sem nenhum direito, em decorrência de atividade sindical ou greve, ou por perseguição política.

— É necessário Anistia para os envolvidos em conflitos de terras. Dois dos muitos conflitos havidos ultimamente tiveram seus participantes indiciados na Lei de Segurança Nacional, o que resultou na morte do grileiro americano John Davis, em Vila Rondon, e o que envolveu posseiros e a Polícia Militar, na localidade de Perdidos, Conceição do Araguaia, ambos no Pará.

— Anistia para os estudantes. Os 263 atingidos pelo 477 não dizem nada da repressão sofrida pelos estudantes nestes quinze anos, principalmente porque há algum tempo esse decreto caiu em desuso e foi adaptado aos regimentos internos das Universidades. Basta lembrar que há centenas de estudantes sendo processados pela participação do 3.º Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte, em manifestações na PUC de São Paulo e nas greves da Universidade de Brasília.

— Grande quantidade de intelectuais, artistas, jornalistas, editores e cientistas necessitam de Anistia. Foram punidos pelos "delitos" de opinião e de imprensa.

— E o pior, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Anistia para os anistiados. Pois a Junta Militar revogou a Anistia do Decreto Legislativo n.º 18, impedindo assim que seus beneficiários pudessem reverter às funções de que tinham sido afastados.

Outro aspecto a ser levado em conta, é o que diz respeito ao período a ser abrangido pela Anistia. Deve ser levado em conta a data da última Anistia Geral (02/setembro/61), a fim de que também fiquem no perpétuo silêncio todos os processos políticos porventura existentes desde então.

Se somarmos aos diretamente atingidos os seus familiares, ultrapassaremos em muito a cifra de um milhão de brasileiros que necessitam de Anistia. Isto é, em cada cem brasileiros ao menos um precisa de Anistia. Neste mais de milhão de pessoas estão lideranças expressivas de muitos outros milhões de compatriotas. Foram punidos representantes de todas

as correntes políticas nacionais. E não só opositores ao regime, mas até ativos participantes do movimento militar de 64.

E os que não voltarão com a Anistia? Muitos brasileiros morreram sem o retorno ao gozo de seus direitos políticos. Entre eles dois ex-presidentes da República: Juscelino Kubitschek e João Goulart. Este viveu doze anos no exílio, só regressando morto à Pátria. Centenas de outros brasileiros foram mortos em consequência da repressão política.

Os tempos mudam. Muitos subversivos, perseguidos por sua ação e pensamento, tornaram-se, mais tarde, inspiradores e exemplos para milhões de pessoas, não apenas nos seus países, mas no mundo através da História. Já nos referimos aos que tiveram esse destino no Brasil. George Washington, Cromwell, Robespierre, Lênin, Mahatma Ghandi, Mao Tse-Tung, Patrice Lumumba, foram outros deles pelo mundo afora que se insurgiram contra os regimes coloniais, racistas, feudais, imperialistas, procurando abrir caminho a novos tempos. Por isso não podemos falar em subversivos eternos. Os que hoje são perseguidos e punidos por causa de suas idéias e ações são patriotas aos quais a história conserva em seguro local.

Glória eterna tem o nome de Tiradentes, o maior subversivo de sua época. No próximo sábado, dia 21 de abril, estaremos comemorando a sua subversão que foi o passo inicial da nossa Independência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É por isso, por tudo isso, que a Nação brasileira **EXIGE uma ANISTIA** que tem que ser **AMPLA GERAL E IRRESTRITA.**"

Em nome de minha bancada, se me permitirem, quero congratular-me com as três campanhas em prol da ANISTIA: o Comitê Brasileiro Pela Anistia, Seção de Curitiba; o Movimento Feminino pela Anistia; e ao Comitê Estudantil Independente de Curitiba pela Anistia.

Oxalá o Brasil assista a reconciliação nacional com a anistia ampla, geral e irrestrita. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para explicações pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, tenho necessidade de ocupar a tribuna, em explicações pessoais, referente a uma resposta a um requerimento aprovado nesta Casa e que foi lido naquela tribuna, no espaço de cinco minutos, onde não é possível apartear.

Mas, para não ferir o Regimento Interno, terei que fazer referência a um Deputado que se encontra ausente, peço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que me inscreva para amanhã. E não gostaria também de tirar o brilho do discurso que foi feito, ao qual eu, então, agora simplesmente gostaria de concluir dizendo que: "Cristo soube perdoar os seus próprios assassinos, desde a Cruz, por isso, a Anistia é necessária como ordem do perdão".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa indaga ao Sr. Deputado se a sua inscrição é para Explicações Pessoais ou para o Pequeno Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para o Pequeno Expediente, Sr. Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 01, 18 e 19/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 05, 06, 07, 08, 09 e 10/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 147, 187 e 188/78. Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Senhores Deputados: Luiz Alberto de Oliveira, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Augusto Carneiro, Paulo Camargo, Nelson Friedrich, Ailton Cordeiro, Werner Wanderer, Adalberto Daros e José Tavares. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1). PROJETO DE LEI N.º 1/79, do Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública a Fundação Alberto Regina Diedrichs, com sede e foro na cidade de Imbituva. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2). — PROJETO DE LEI N.º 3/79, do Deputado Fuad Nacli. Denomina Dr. João Ribeiro Júnior, a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, com sede em Londrina. Relator, Deputado Ailton Cordeiro. Deferida vista ao Deputado Augusto Carneiro. 3). — PROJETO DE LEI N.º 9/79, do Deputado Trajano Bastos. Torna obrigatório nas Escolas Públicas e Particulares do Ensino de 1.º Grau, o estudo da disciplina Ecologia e Meio Ambiente. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4). — PROJETO DE LEI N.º 12/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 19/79, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva estabelecer nova sistemática ao Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura, como específica. Relator, Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL. Voto em Separado do Deputado Deni Schwartz. Aprovado. 5). — PROJETO DE LEI N.º 15/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 29/79, encaminhando anteprojeto de lei que solicita autorização para revogar doação de área de terras situadas no Município de Cambé, como específica. Relator, Deputado Ailton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6). — PROJETO DE LEI N.º 16/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 30/79, encaminhando anteprojeto de lei que consolida legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, como específica. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7). — PROJETO DE LEI N.º 18/79, do Deputado Dácio Leonel. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8). — PROJETO DE LEI N.º 19/79, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - Seção de Curitiba, com sede nesta Capital. Relator, Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9). — PROJETO DE LEI N.º 20/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 35/79, encaminhando anteprojeto de lei que cria seis cargos de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Relator, Deputado Ailton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10). — PROJETO DE LEI N.º 21/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 36/79, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a extinção das gratificações "Pro labore", atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e de Diretores do Forum, como específica. Relator, Deputado Ailton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. — Aprovado. 11). — PROJETO DE LEI N.º 83/79, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina, como específica. Relator, Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12). — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4/79, dos Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezzi. Dá nova redação ao Parágrafo único do art. que especifica, do Regimento Interno. Relator, Deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Aprovado. 13). — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/79, do Deputado Erondy Silvério. Acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno. (Cria a Comissão de Cultura e Esportes). Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14). — PROPOSIÇÃO N.º 2/79, do

Poder Executivo. Ofício n.º 1/79, encaminhando Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 177/77, oriundo de Mensagem Governamental, que dispõe sobre Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 15). — PROPOSIÇÃO N.º 4/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 15/79, encaminhando Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 98/79, que dispõe sobre o Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura. Relator, Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 16). — PROPOSIÇÃO N.º 5/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 16/79, encaminhando Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 201/78, que dispõe sobre novos valores dos cargos do funcionalismo civil do Estado. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 17). — PROPOSIÇÃO N.º 6/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 34/79, encaminhando veto ao Projeto de Lei n.º 107/77, do Deputado Erondy Silvério. Dispõe sobre pagamento de Taxas por associados junto ao IPE. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 18). — PROPOSIÇÃO N.º 7/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 35/79, encaminhando veto ao Projeto de Lei n.º 30/78, do Deputado Jurandir Messias. Dispõe sobre funcionalismo civil do Estado. Relator, Deputado Nelson Friedrich. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 19). — PROPOSIÇÃO N.º 10/79, do Poder Executivo. Ofício n.º 37/79, encaminhando Veto ao Projeto de Lei n.º 108/77, do Deputado Maurício Fruet. Dispõe sobre transferência de área territorial. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL, à apreciação pelo Plenário. Aprovado. 20). — PROPOSIÇÃO N.º 13/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 2/79, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de São Pedro do Paraná para combate à erosão. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 21). — PROPOSIÇÃO N.º 15/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 4/79, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Paranaity, para controle da erosão urbana. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 22). — PROPOSIÇÃO N.º 20/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 9/79, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Moreira Salles, para execução de obras de combate à erosão urbana. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 23). — PROPOSIÇÃO N.º 23/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 12/79, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Miraselva, para fins que especifica. Relator, Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 24). — PROPOSIÇÃO N.º 24/79, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para absorção de mão-de-obra devido aos efeitos de estiagem que assolou o Estado. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 25). — PROPOSIÇÃO N.º 28/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 17/79, encaminhando convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, como especifica. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 26). — PROPOSIÇÃO N.º 31/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 22/79, encaminhando Termo Aditivo aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica. Relator, Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 27). — PROPOSIÇÃO N.º 34/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 27/79, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município que especifica. Relator, Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 28). — PROPOSIÇÃO N.º 35/79, do Poder Executivo.

Mensagem n.º 28/79, encaminhando convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para absorção de mão-de-obra, devido aos efeitos da estiagem que assolou o Estado. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 29). — PROPOSIÇÃO N.º 447/78, do Poder Executivo. Ofício n.º 221/78, encaminhando veto aposto ao Projeto de Lei n.º 5/78, do Deputado Nelson Buffara. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. O Senhor Presidente antes de encerrar a reunião solicita aos Senhores Deputados sugestões sobre a apreciação dos diversos Projetos de Lei que dispõem sobre concessão de títulos de cidadania benemérita ou honorária. Das várias soluções apresentadas ficou aprovada a sugestão do Senhor Deputado Deni Schwartz, na qual solicita sejam oficiadas às Lideranças desta Casa pedindo sugestões a respeito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, Presidente da Comissão, pelos Senhores Deputados desta Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

Deputado GILBERTO CARVALHO

Presidente da C.C.J.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA — 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Renato Bernardi apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/79 - de autoria da Comissão Executiva, que determina através de despacho da Presidência o arquivamento de proposições conforme especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/79 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1976. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03/79 - de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1977. PROJETO DE LEI N.º 108/78 - de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Pais Cristãos, da cidade de Irati. PROJETO DE LEI N.º 135/78 - de autoria do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Cianorte — S.O.S., com sede na cidade de Cianorte. PROJETO DE LEI N.º 139/78 - de autoria do Senhor Deputado Valter Pietrângelo, que declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social Bom Pastor, com sede em Paranaguá. PROJETO DE LEI N.º 140/78 - de autoria do Senhor Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede na cidade de Pitanga. APROVADAS. — Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO

Presidente

(a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário